ANA FLÁVIA ALVES CANUTO VELOSO

**Aspectos Atuais da Representação Política – Confiança,
Representatividade e Participação Popular**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Dr. Manoel Gonçalves Ferreira Filho

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

ANA FLÁVIA ALVES CANUTO VELOSO

**Aspectos Atuais da Representação Política – Confiança,
Representatividade e Participação Popular**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração de Direito do Estado – Direito Constitucional, sob orientação do Prof. Titular Dr. Manoel Gonçalves Ferreira Filho.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Veloso, Ana Flávia Alves Canuto
Aspectos Atuais da Representação Política – Confiança, Representatividade e
Participação Popular / Ana Flávia Alves Canuto Veloso ; orientador Manoel
Gonçalves Ferreira Filho -- São Paulo, 2018.
205

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Representação política. 2. Mandato representativo livre. 3. Confiança. 4.
Representatividade. 5. Participação popular. I. Ferreira Filho, Manoel Gonçalves ,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus pela vida e por me permitir transformar um sonho em realidade. Agradeço também aos meus pais, Fausto e Elza, pela dedicação incondicional, pelo exemplo, pela força, pelas oportunidades e pela crença inabalável de que eu conseguiria e de que tudo daria certo. Aos meus irmãos, Henrique e Leonardo, cunhados, Sérgio, Marianna e Pedro, e sobrinhos, Marina, Felipe e Eduardo, pela alegria do convívio e pelo auxílio sempre que necessário. Ao meu marido Paulo Henrique, esta joia que a vida me trouxe durante a trajetória do doutorado, pela paciência, compreensão, companheirismo e todo o auxílio possível. A vida se tornou mais leve e prazerosa ao seu lado. Aos meus sogros, Cândido e Maria Helena, pela recepção e convivência. À Elizete, pela preocupação e apoio. Aos meus amigos e colegas de trabalho e estudo – alguns bem mais especiais e eles sabem o lugar exclusivo que ocupam –, pela participação e incentivo. Ao meu orientador, professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que se intitulou meu avô acadêmico e assim me recebeu, com todo o carinho e atenção que eu precisava para finalizar esta jornada, que se fez tão tortuosa, por problemas burocráticos que, apesar de não terem sido causados por mim nem por ele, me prejudicaram grandemente. Ele, que já era um exemplo de profissional, também se tornou um exemplo pessoal, cujo comportamento quero repetir na minha trajetória.

Finalmente, à maior prova do amor divino, que é este pedacinho de gente que nos minutos finais da tese, eu descobri que já estava habitando a minha vida e que passará, sem dúvidas, a ser a maior razão da minha existência e do meu progresso.

Muito obrigada a todos, sem a confiança extremada de vocês no meu sucesso, ele não teria vindo. Os problemas e as lágrimas darão lugar a comemorações e realizações. A todos, a minha profunda gratidão e a alegria de compartilhar com vocês o título.

A Deus, que me deu a vida.
À vida, que me trouxe o amor.
Ao amor, que cresce dentro de mim.

De tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantar-se o
poder nas mãos dos maus, o homem chega a rir-se da honra, a
desanimar-se da justiça de ter vergonha de ser honesto.

Rui Barbosa

VELOSO, Ana Flávia Alves Canuto. Aspectos Atuais da Representação Política – Confiança, Representatividade e Participação Popular. 2018. 205 p. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RESUMO

A democracia representativa, apesar das inúmeras críticas que sofre, ainda é o regime de governo mais apropriado às sociedades ocidentais atuais, que são complexas e muito populosas, o que inviabiliza a participação popular direta em todos os assuntos políticos, muitos dos quais são totalmente desconhecidos pelos cidadãos. Em seus primórdios, a representação foi exercida de forma análoga à empregada no direito privado, estabelecendo uma relação de delegação entre representados e representantes, de modo que estes deviam obedecer estritamente as instruções passadas por aqueles, podendo a desobediência levar à perda do mandato e à responsabilização, quando não fosse possível a reversão do ato discordante da instrução. Após a Idade Média, constatou-se que o mandato imperativo praticado até então não era adequado, pois limitava e, por vezes, impossibilitava o exercício da função política representativa, vez que não era possível aos representantes consultarem os representados toda vez que surgia uma questão nova. A partir de então, consolidou-se o mandato livre como a regra da representação política. Por meio dele, o eleito não representava apenas os seus eleitores, mas toda a nação, podendo agir livremente, conforme sua consciência, para buscar a promoção do interesse e do bem comum. Mas a representação política, embora indispensável, também traz em si questões que naturalmente desvalorizam seu exercício. Trata-se da distância existente entre representantes e representados e decorrente da complexidade e desconhecimento dos assuntos políticos pelos cidadãos, da própria distância física mantida entre eles, da perda de identidade entre os dois lados e do amplo desinteresse da população por política, o que provoca seu reduzido envolvimento com as decisões políticas que a abarcam. A perda da identidade decorre, no Brasil, da falta de confiança dos eleitores nas instituições políticas e governamentais e nos eleitos, cujas condutas, muitas vezes, são maculadas por fraudes, corrupção e atendimento de interesses particulares, em detrimento do interesse público. A falta de correspondência aos anseios populares torna o governo cada vez menos responsivo e a democracia perde qualidade. Assim, se não se trabalhar para reduzir esta distância e aumentar a interação entre os dois lados, o processo representativo poderá restar comprometido, chegando ao ponto da população questionar o cabimento e a necessidade de mantê-lo. Por isso, o esforço pela retomada da confiança popular nos Poderes constituídos, nas instituições públicas e nos políticos é medida necessária e que já vem sendo buscada por meio de alterações legislativas que tornem o sistema eleitoral e a prática política mais controlada e adequada. Mas, além disto, a população também precisa envolver-se mais nos assuntos políticos, passando a conhece-los e a participar das decisões políticas, pois somente com a maior participação da sociedade durante o mandato, vez que a aprovação eleitoral (*accountability* vertical) é insuficiente, a relação entre representantes e representados se tornará mais efetiva e atingirá seu objetivo de promoção dos interesses comuns. O povo detém um poder de fiscalização e uma obrigação de retorno aos seus eleitos, do qual não pode dispor, sob pena de comprometer a qualidade da representação e da democracia.

Palavras-chave: Representação política, mandato representativo livre, confiança, representatividade, participação popular

VELOSO, Ana Flávia Alves Canuto. Current Aspects of Political Representation – Confidence, Representativity and Popular Participation. 2018. 205 p. Doctorate – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

ABSTRACT

Representative democracy, despite its numerous critics, is still the most appropriate form of government for current western societies, complex and highly populous, which hinder direct popular participation in all political affairs, many of which are completely unknown to citizens. In its beginnings, representation was practiced in a similar manner as it was in private law, establishing a relationship of delegation between represented and representation, in such a way that the latter should strictly obey instructions of the first, otherwise, its infringement would lead to the loss of mandate and accountability, in case it was not possible to reverse the instructions' discordant act. After the Middle Ages, it was found that the imperative mandate practiced until then was not appropriate, for it limited, and sometimes, prevented the practice of representative political function, as it was not possible for the representation to consult with represented ones each time a new issue surfaced. From then on, free mandate was consolidated as the rule of political representation. Through it, the elected did not represent its voters only, but the entire nation, being able to act freely, in accordance with his/her own conscience, seeking the promotion of common good and common interests. But political representation, though essential, carries its own issues, which naturally devalue its practice. The existing distance between representation and represented, stemming from the complexity and unfamiliarity with political matters by citizens, the very physical distance among them, loss of identity on both sides, and broad disinterest on politics by the population cause an abridged involvement in the political decisions it encompasses. The loss of identity in Brazil arises from the lack of confidence of voters in political and government institutions and its elected ones, whose conducts, in many occasions, are sullied by fraud, corruption and the fulfillment of personal interests rather than public. The dissatisfaction of public expectations makes the government ever less responsive, and the quality of democracy decreases. Thus, unless work is done in order to reduce this distance and to increase the interaction between both sides, the representative process may be compromised, to the point of having the population question the need of its maintenance. Therefore, the effort to regain popular confidence in the Constituted Powers, public institutions and politicians is the necessary measure to be taken, and which is being sought by legislative alterations that make the electoral system and political practice more appropriate and controlled. Moreover, it is necessary that the population gets more involved in political affairs, get to know them and take part in political decisions. It is only with a greater participation of society during a mandate - as voter approval (vertical accountability) is insufficient - that the relationship between representation and represented will become more effective and able to attain its goal of promoting public interests. The people hold a power of supervision and an obligation of feedback to its elected ones, which it cannot dispose of, under penalty of compromising the quality of representation and democracy.

Key-words: Political representation, free representative mandate, confidence, Representativity, popular participation.

VELOSO, Ana Flávia Alves Canuto. Aspetti Attuali della Rappresentazione Politica – Fiducia, Rappresentatività e Partecipazione Popolare. 2018. 205 p. Dottorato – Facoltà di Giurisprudenza, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RIASSUNTO

La democrazia rappresentativa, nonostante le numerose critiche che subisce, è ancora la forma di governo più adatta alle società occidentali odierne, la cui complessità e popolosità rende impossibile la partecipazione popolare diretta in tutte questioni politiche, molte delle quali sono completamente sconosciute dai cittadini. Agli inizi, la rappresentazione era svolta in modo analogo a quella usata nel diritto privato, stabilendo un rapporto di delegazione tra rappresentati e rappresentanti; i rappresentanti dovevano strettamente obbedire alle istruzioni passate dai rappresentati, e la disobbedienza poteva portare alla perdita del mandato e alla imputazione, qualora fosse possibile l'annullamento dell'atto in dissenso dalle istruzioni. Dopo il Medioevo, si è constatato che le regole del mandato fino ad allora praticate non erano adatte, perché limitavano e a volte impossibilitavano l'esercizio della funzione politica rappresentativa, e anche perché non era possibile ai rappresentanti consultare i rappresentati ogni volta che sorgeva una nuova questione. Da allora, si è consolidato il libero mandato come la regola della rappresentanza politica. Per mezzo di questo mandato, l'eletto non rappresentava solo i suoi elettori, ma tutta la nazione, potendo agire liberamente, in accordo con la sua coscienza per la promozione dell'interesse e del bene comune. Però la rappresentanza politica, sebbene essenziale, porta anche in sé questioni che naturalmente rendono difficile il suo esercizio. Trattasi della distanza tra i rappresentanti e i rappresentati, che consegue alla complessità e ignoranza dei temi politici da parte dei cittadini, della distanza fisica tra di loro, della perdita d'identità tra i due lati e dell'ampio disinteresse della popolazione per la politica, cosa che provoca il loro ridotto coinvolgimento con le decisioni politiche che li riguardano. La perdita d'identità viene, in Brasile, dalla mancanza di fiducia degli elettori nelle istituzioni politiche e governative e negli eletti, la cui condotta, molte volte è offuscata da frodi, corruzione e prevaricazione di interessi privati a danno dell'interesse pubblico. La mancanza di relazione coi desideri popolari rende il governo progressivamente meno sensibile e la democrazia perde la qualità. Così, se non si lavora per ridurre questa distanza e solidificare l'interazione tra i due lati, il processo rappresentativo potrebbe essere compromesso, arrivando al punto da mettere in discussione per la popolazione il senso e la necessità di mantenerlo. Perciò, lo sforzo dalla ripresa della fiducia popolare nei Poteri costituiti, nelle istituzioni pubbliche e nei politici è la misura necessaria e che viene ricercata per mezzo di modifiche legislative che rendano il sistema elettorale e la pratica politica più controllati e adatti. Ma, oltre a questo, la popolazione deve anche avere un maggiore coinvolgimento negli argomenti politici, aumentando la loro conoscenza e partecipazione alle decisioni politiche, perché soltanto con una partecipazione maggiore della società durante il mandato, siccome l'approvazione elettorale (*accountability* verticale) è insufficiente, il rapporto tra i rappresentanti e i rappresentati diventerà più solido e raggiungerà l'obiettivo della promozione degli interessi comuni. Il popolo detiene un potere di controllo e il diritto che i loro eletti soddisfino le aspettative, di questo potere non può disporre, sotto la pena di compromettere la qualità della rappresentazione e della democrazia.

Parole-Chiave: Rappresentazione politica, mandato rappresentativo libero, fiducia, rappresentatività, partecipazione popolare

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1. A Democracia Representativa.....	16
1.1 A consolidação da Democracia Representativa.....	16
1.2 A representação política.....	23
1.2.1 A origem histórica da representação política.....	23
1.2.2 A construção do significado da representação política.....	24
1.2.3 Teorias da representação.....	27
1.2.4 A representação política moderna – o mandato livre.....	30
1.3 A busca da vontade geral.....	35
1.4 O Conceito de povo.....	39
1.4.1 A origem da noção jurídica de povo.....	42
1.4.2 O povo na visão dos contratualistas clássicos.....	43
1.4.2.1 A visão de Thomas Hobbes.....	44
1.4.2.2 A visão de John Locke.....	47
1.4.2.3 A visão de Jean-Jacques Rousseau.....	50
1.4.2.4 A visão de Immanuel Kant.....	53
1.4.3 O povo na visão de Hans Kelsen.....	56
2. As transformações e a desvalorização da representação.....	59
2.1 A Democracia pelos Partidos Políticos.....	59
2.1.1 A fidelidade partidária.....	61
2.1.2 As influências sobre os partidos.....	63
2.1.3 A repercussão sobre o voto e a representação.....	67
2.2 A distância entre eleitor e eleito e a representatividade da representação política.....	70
2.3 O retorno ao eleitor – a prestação de contas eleitoral – responsividade e <i>accountability</i>	83
2.4 A falta de confiança.....	88
2.5 A corrupção como elemento comprometedor da confiança e da democracia.....	97

2.6 A desvalorização da carreira política.....	106
3. Os esforços em busca da valorização da política e do aumento da qualidade da democracia.....	113
3.1.As reformas políticas.....	113
3.1.1. A realizada em 2015.....	113
3.1.2. A realizada em 2017.....	123
3.1.3. As propostas não aprovadas.....	129
3.1.4. A efetividade da reforma como reforma eleitoral.....	131
3.2.A estratégia partidária de alteração das siglas e nomes como esforço de retomada da confiança.....	138
3.3.O lançamento de candidatos sem histórico político.....	140
3.4.A Lei anticorrupção (Lei nº 12.846 de 01.08.2013).....	142
3.5.A Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527 de 18.11.2011).....	145
3.6.A votação do “pacote anticorrupção” – o Projeto de Lei nº 4.850/2016.....	146
3.7.A restrição ao foro por prerrogativa de função.....	149
4. O questionamento da representação e a viabilidade da adoção de alternativas.....	153
4.1 A representação sob nova ótica.....	153
4.2 A participação da sociedade civil e dos grupos de pressão.....	157
4.3 O direito de resistência.....	163
4.4 O mandato político imperativo.....	168
4.4.1 A exigência do cumprimento das promessas de campanha e orientação de condutas.....	172
4.4.2 A criação de aplicativos por Partidos Políticos para a participação direta dos eleitores.....	178
4.5 O Recall e a revogação do mandato.....	180
4.6 A cassação e o <i>impeachment</i>	183
Considerações Finais.....	189
Referências.....	195

INTRODUÇÃO

A democracia já sofreu e ainda hoje sofre inúmeras críticas, restrições e sugestões de melhoria. Segundo alguns pensadores clássicos, como Rousseau, ela tinha uma tendência fatal à corrupção e, por isso, ao mau exercício. Esta opinião, seja ela um presságio ou a demonstração de uma capacidade acurada de análise política, acabou se confirmando com o tempo.

Apesar de todas as ressalvas, a democracia ainda se mostra como o mais adequado regime de governo para as variadas sociedades ocidentais atuais, motivo pelo qual é o mais adotado em termos quantitativos, apesar das variações qualitativas. Mas a democracia direta, originalmente praticada nos seus primórdios, já não se mostra possível há muitos séculos, tanto em virtude da complexidade das sociedades e dos assuntos políticos, como das grandes populações dos Estados atuais, não sendo viável a consulta a todos os cidadãos sobre todas as decisões políticas a serem tomadas.

Em função disto, o formato democrático que se mostrou possível, e que se mantém até hoje, foi o da representação, por meio do qual o corpo popular elege representantes para cuidarem, em seu nome, dos assuntos políticos, tanto relativos ao Poder Executivo, como ao Legislativo, embora este último seja o poder representativo por natureza. Desta forma, a representação política consolidou-se como elemento componente da democracia moderna, sendo por vezes, empregado de forma sinônima.

Aceita a representação como inevitável, foi necessário definir a natureza e os limites desta. Quando de seu início, o mandato representativo era imperativo, com características de delegação, semelhante ao mandato do direito privado, em que o representado dá orientações estritas ao representante, o qual fica vinculado a elas, podendo ser punido pelo descumprimento, com a perda do mandato e a responsabilização pelos prejuízos, se não for possível reverter seu ato. Esta modalidade vigorou até a Idade Média, após a qual constatou-se que a orientação pormenorizada da atuação dos representantes era inapropriada ao exercício da função, tornando a representação ineficiente e de fato impossibilitando o exercício em determinados momentos, visto que não era possível aos representantes consultar os representados sempre que precisassem deliberar sobre questão nova.

Diante disto, a representação ganhou nova delineação, passando o mandato a ser livre e autorizando-se o representante a agir conforme sua consciência, para melhor resolver

as questões a ele postas, de forma a atender os melhores interesses da nação, pois, neste formato, ele não mais tinha vínculo de obediência a seus eleitores, devendo representar a todos, inclusive a quem não o havia eleito.

Mas a representação política por mandato livre traz em si a característica de promover uma distância natural entre representantes e representados, gerada pela complexidade e desconhecimento dos assuntos políticos pelos cidadãos e pela própria distância física mantida entre eles, a qual, se não for trabalhada para ser reduzida e aumentar a interação entre os dois lados, arruína por completo o processo representativo. O aumento da distância entre eleitores e eleitos advém da perda de identidade entre eles e provoca um descrédito destes e uma desilusão daqueles, que se desinteressam cada vez mais pela política e passam a questionar, até mesmo, o cabimento e a necessidade da própria representação.

Atualmente no Brasil, as condutas dos eleitos quase sempre desapontam os eleitores, pois se pautam em negociatas, fraudes, troca de favores e corrupção, tudo em prol do atendimento de interesses escusos e particulares, resultando na negligência e prejuízo do bem comum e do interesse público. Os escândalos, investigações e processos judiciais tornaram-se rotina no meio político, sobretudo nos últimos 10 anos, o que, apesar de toda a decepção causada nos cidadãos, paradoxalmente também trouxe a boa impressão do início da perseguição à impunidade. A população foi tomada por uma sensação de que, ao menos aparentemente, algo estava mudando.

Mesmo assim, a identidade entre eleitores e eleitos ainda está longe de poder ser classificada como satisfatória. A maior parte da população não confia nas pessoas, no governo, na justiça e nos partidos políticos. A maioria também acredita que os políticos eleitos poderiam, sem qualquer prejuízo, ser substituídos por técnicos especializados e mais habilidosos no trato dos assuntos públicos, demonstrando que confiariam e aprovariam mais seu trabalho do que o atual serviço dos representantes eleitos.

É perceptível como os representantes não atendem às expectativas de seus representados, fazendo um governo pouco responsivo, que não responde aos anseios populares e por isso, não constrói o vínculo de identidade e satisfação esperado, muitas vezes atuando como se devesse servir apenas a poucos ou aos membros do corpo político.

Mas a perda de identidade na relação da representação não se deve apenas às más condutas dos eleitos. É gerada, também, pelo desinteresse e pela desinformação dos eleitores, cuja maior parte retira da mídia e, principalmente, da televisão, parte substancial das informações sobre políticos e políticas, o que se mostra preocupante, haja vista o

descompromisso da mídia com a neutralidade e, em se tratando de alguns veículos de comunicação, até mesmo com a veracidade dos fatos.

Diante disto, os questionamentos sobre o cabimento do retorno das instruções ao mandato eletivo ou de outros instrumentos semelhantes e também relativos à democracia direta surgem como uma alternativa para o resgate da identidade entre eleitores e eleitos. Ao lado disto, também se cogitam o aumento da educação e orientação política da população, para que se incentive a sua maior participação no controle do exercício das funções representativas durante o mandato, diante da insuficiência da manifestação eleitoral (*accountability* vertical) como única forma de fiscalização e retorno dos eleitores aos eleitos. E, ainda, no tocante a reformas legislativas e estruturais, se propõem, como pontos principais, a imposição de maiores limitações ao exercício da função política e à atuação dos partidos políticos, a criação de restrições às eleições, no tocante a propagandas e financiamento de campanhas, e a alteração dos sistemas eleitorais adotados atualmente.

Frente à notória crise de representatividade, que já vinha se mostrando há décadas e que foi potencializada pela recente crise política que ganhou corpo no país e chegou ao ápice nos últimos dois anos, algumas propostas foram aprovadas e, apesar de ainda não aplicadas, em função das regras de vigência e aplicação das normas eleitorais, guardam a expectativa de melhoras tanto no processo eleitoral, como no desempenho das atividades políticas, quanto no aumento da representatividade.

Em meio a todo este cenário, de muitas incertezas, propostas, adaptações e mudanças, é que o presente trabalho propõe o estudo da representação política no Brasil, iniciando pelo resgate histórico de suas origens, perpassando pela evolução do sistema até o formato praticado na atualidade, abordando as propostas e também as efetivas alterações promovidas na legislação eleitoral e política nos últimos três anos, avaliando as percepções e comportamentos de eleitores em relação à política e as possibilidades apontadas pela teoria política como alternativas à compreensão e melhoria do processo representativo.

O estudo torna-se importante porque as discussões despertaram o interesse popular para uma maior compreensão e participação das decisões políticas, além de gerar cobranças dos cidadãos por comportamentos mais adequados dos políticos. Ademais, os acontecimentos conduziram ao clamor pela concretização de reformas, que ainda são incipientes, mas dão a nítida impressão de que não será possível retomar algumas práticas mal vistas e vivenciadas em períodos anteriores. O momento é determinante e anuncia alterações impactantes no sistema e na forma de fazer política, justificando o estudo do tema. As reformas são ainda recentes e não puderam ser colocadas em prática, para se averiguar

sua efetividade e os ganhos efetivamente conquistados, mas anunciam situações que impactam a representação política e merecem ser avaliadas.

O objetivo é não apenas compreender a representação política no Brasil atualmente, como também a validade de sua manutenção como está ou a necessidade de sua reformulação, retomando-se o mandato imperativo ou aplicando-se alternativas e reformas que a fortaleçam e resgatem a representatividade dos políticos eleitos frente aos anseios e aos novos propósitos e pressões de seus eleitores. A avaliação das reformas e da sua capacidade de melhora do processo representativo também é escopo deste trabalho.

Para alcançar os objetivos definidos, foi utilizado, precipuamente, o método indutivo de abordagem, partindo-se da análise de dados e constatações particulares para planos cada vez mais abrangentes, por meio de uma conexão ascendente, até se chegar às leis e teorias gerais aplicáveis ao cenário atual da representação política no Brasil, inclusive de suas perspectivas e possibilidades.

Analisando-se dados isolados sobre a confiança popular nas instituições e nos representantes políticos, bem como sobre a corrupção e seus efeitos, além das alterações legislativas propostas e realizadas, induziram-se conclusões sobre a efetividade das reformas e o impacto no aumento ou não da representatividade e da qualidade da democracia. Analisando-se as situações vivenciadas acerca da representação e os efeitos de uma alteração em seu formato, induziram-se conclusões a respeito da viabilidade ou não da adoção de novas configurações do processo representativo, como o mandato imperativo e outros instrumentos relacionados a ele, dentre outras análises realizadas.

Mas os dados e informações analisados não foram produzidos nesta pesquisa, não sendo, portanto, primários, e sim secundários, obtidos em outros trabalhos e pesquisas já realizadas sobre o tema ou sobre assuntos relacionados. A obtenção dos mesmos deu-se por meio da técnica de documentação indireta, caracterizada pela pesquisa documental e bibliográfica, conforme definido por Marconi e Lakatos (2009, p. 110).

No que respeita à dogmática jurídica, assim definida por Robert Alexy (2008, p. 33-36), o presente trabalho é dogmático, na dimensão analítica, ao estudar a definição e analisar a representação política por meio do mandato eletivo, sua configuração atual, as possibilidades de controle e participação dos eleitores, além da confiança destes, da distância estabelecida entre representantes e representados e os reflexos na representatividade e na qualidade da democracia. Na dimensão empírica, ao constatar se é aceitável e válido, à luz do Direito Brasileiro, a adoção de mudanças no processo representativo e se as reformas já realizadas são efetivas, sobretudo, para ampliar a confiança popular, diminuindo a distância

entre representantes e representados, reduzir a corrupção daqueles e melhorar a representatividade e a qualidade da democracia brasileira. Finalmente, na dimensão normativa, ao identificar as instituições do cenário político brasileiro atual, seus comportamentos e relacionamentos, criticando ou justificando o modelo, não apenas com base no direito positivo válido, mas também em novos parâmetros sociais e políticos, levando à crítica e provocando a releitura da práxis jurídica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação política, nos moldes do mandato eleitoral livre e vinculada aos partidos políticos, tidos como os verdadeiros órgãos aglutinadores de pessoas e opiniões, surgiu como fórmula ideal ao exercício democrático, face ao progressivo crescimento dos Estados, tanto em termos territoriais, quanto populacionais. Em função deste crescimento, as sociedades, que foram sofrendo cada vez mais influência do poder econômico, tornaram-se também mais complexas, o que veio a fortalecer o instrumento da representação por mandato livre e estruturada sobre os partidos políticos como a melhor opção para seu governo.

Assim, embora o povo não se governasse direta e efetivamente, validava a escolha de seus representantes e governantes, admitindo a necessidade de submissão às suas decisões, que deveriam ser tomadas em prol da concretização dos melhores interesses de todos, já que os eleitos não representavam apenas seus eleitores, mas toda a nação.

Considerando que esta fórmula era, senão a única, a melhor maneira de se estabelecer a direção política do Estado, foi amplamente disseminada entre as democracias, que a aplicam, com relativas variáveis em seu funcionamento, até hoje.

Mas é verdade que a maior adequação da representação política ao exercício da democracia, chegando mesmo a ser usada como sinônimo de democracia moderna, vez que usualmente contraposta à democracia antiga e direta, não significa a inexistência de problemas e desvios.

A representação carrega em si as noções de hierarquia e distanciamento entre eleitores e eleitos, as quais estão intrínsecas a ela desde a consolidação do Estado liberal. O processo representativo provoca o natural distanciamento entre os dois lados envolvidos, haja vista a quantidade e complexidade dos assuntos tratados na esfera política e, em sua maioria, totalmente desconhecidos da grande massa. A capacidade para lidar com tais assuntos e o simples envolvimento com eles em função de circular no meio onde são discutidos elitiza os representantes, que, ademais, mantém verdadeira distância física de seus representados, posto estabelecerem-se nas sedes dos governos e parlamentos.

Mas esta distância, que já é natural, pode ser ampliada ou não, a depender da forma pela qual se conduz o processo representativo. Em regra, este tem sido caracterizado por afastamentos cada vez mais contínuos e intensos, provocando colapsos na relação, que

passa, então, a ser questionada quanto a sua necessidade, viabilidade e condições de melhoria ou extinção.

A principal razão para a potencialização do afastamento entre representantes e representados reside na perda de identidade entre eles, o que acaba refletindo na perda de identidade e interesse dos cidadãos pela própria política. Além de se tratar de uma questão cultural, o desinteresse pela política é também gerado pela não correspondência das expectativas geradas em torno do representante, por parte do representado.

No Brasil, em especial, os políticos são habilidosos em manter uma imagem desgastada, associada a fraudes, negociatas, trocas de favores, corrupção e trabalho em prol de interesses escusos e particulares, em detrimento do interesse e bem público. Não é que não trabalhem em defesa dos anseios de seus eleitores especificamente, é que quase nunca trabalham por outros interesses que não os seus próprios ou os de quem os favoreça, financeiramente ou com a concessão de outras facilidades, agrados e tratamentos diferenciados.

Diante disto, a figura do político eleito é sempre associada a princípios e valores que a maior parte da população despreza e, por isso, busca intencionalmente não se identificar. Como se não bastasse ser rotulada como “chata”, talvez em função da variedade e complexidade de assuntos ou em função dos longos debates e argumentações que impõe em seu exercício, a política, cuja imagem é totalmente vinculada à péssima percepção que se tem dos políticos, acaba também julgada como suja, impraticável e de afastamento desejável.

Por isso, os índices de desconfiança dos brasileiros em relação aos partidos políticos, ao governo, à justiça e ao Congresso, são extremamente elevados no Brasil, ultrapassando, quanto aos primeiros, os 80% dos entrevistados em pesquisas quantitativas realizadas em 2014. Muitos destes entrevistados pensam, inclusive, que seria mais interessante e não geraria qualquer prejuízo se os políticos eleitos fossem substituídos por técnicos capacitados nas áreas de atuação, por exemplo na área de cada Ministério, demonstrando, além da falta de confiança, uma profunda descrença na habilidade técnica dos políticos.

Em face disto, a forma de se representar começou a demandar novos esforços e reformulações. Especificamente no Brasil, uma recente crise política que foi se potencializando cada vez mais, sobretudo ao longo dos últimos três anos, com a ocorrência de um *impeachment* presidencial e a conclusão de inúmeras investigações e processos

judiciais, que levaram à condenação e prisão de políticos e aliados envolvidos em atos de corrupção, acelerou ainda mais o processo.

As mudanças formais concentraram-se substancialmente em propostas legislativas de alteração dos regramentos das eleições e dos partidos políticos. Estas propostas foram aprovadas em dois momentos, em fins de 2015 e fins de 2017, no limite exato de tempo necessário para autorizar a sua aplicação nos pleitos eleitorais seguintes, em função da anualidade prevista constitucionalmente (proibição de aplicação de normas eleitorais aprovadas com menos de um ano de antecedência das eleições – art. 16 CR/1988).

As alterações mais importantes, e que também foram mais festejadas por especialistas e populares, foram as relativas à exigência de votação mínima para os candidatos a cargos eleitos pelo sistema proporcional, os quais, antes da reforma, podiam ser “arrastados” por companheiros de coligação mais bem votados, qualquer que fosse a quantidade de votos obtida por eles nas urnas, e agora precisam ter atingido, pelo menos, votação equivalente a 10% do quociente eleitoral para conseguirem se beneficiar (2015); à proibição de financiamento de campanha por pessoas jurídicas privadas, autorizando-se a contribuição apenas de pessoas físicas e até o limite de 10% de sua renda declarada no ano anterior à eleição (2015); à proibição de composição de coligações para a concorrência a cargos proporcionais, devendo os partidos participarem sozinhos das eleições e podendo atuar em conjunto apenas após a eleição, dentro das Casas Legislativas, como bancadas e blocos de atuação e apoio (2017); à limitação de gastos de campanha em patamares bem inferiores aos que vinham sendo praticados nas últimas eleições e que sempre vinham superando, ano a ano, o teto alcançado no último pleito (2017); à imposição de cláusula de barreiras aos partidos para acesso ao fundo partidário e ao tempo de propaganda em rádio e televisão (2017).

Foram feitas várias outras mudanças, como a redução da duração da campanha política e a alteração dos prazos para a realização das Convenções dos partidos e para o registro de candidaturas junto à Justiça Eleitoral, mas não impactaram tanto no exercício da função política e, logo, na tentativa de resgate da imagem e do valor da representação política como as anteriormente descritas.

Todas as alterações substanciais acima referidas, embora não garantam a melhoria do desempenho da função pública eletiva, nem a imediata aproximação de representantes e representados, têm condições de controlar de maneira mais eficiente a atuação dos eleitos. E isto porque, embora tenham se tratado de mudanças concentradas mais na área eleitoral do que na do efetivo exercício da função representativa, é certo que a

influenciam diretamente, pois a corrupção que é praticada durante o mandato é articulada durante o período eleitoral. É no preparo para as eleições que se fecham as alianças e os conchavos e se prestam os favores, sobretudo relativos ao financiamento de campanhas, que serão cobrados no período pós-eleitoral, e pagos com o direcionamento de contratos públicos em vultuosas quantias, firmados com os financiadores da campanha, em retribuição à “enorme e desinteressada generosidade” demonstrada.

Além destas reformas político-eleitorais maiores, outros esforços em busca do resgate da importância e da melhoria da imagem dos políticos também foram observados. Alguns se deram dentro da própria seara legislativa, criando-se, por exemplo, instrumentos legislativos destinados a punir a corrupção, ou como a lei tecnicamente convencionou designar, responsabilizar administrativa e civilmente as pessoas jurídicas praticantes de atos lesivos praticados em prejuízo do patrimônio público (Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2013), e a aumentar a transparência pública, dando-se amplo acesso à informação constante de bancos de dados públicos, com exceção de questões relativas à segurança nacional (Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527 de 18.11.2011).

Outros esforços se deram de maneira mais informal, mas não menos obstinada. Os partidos políticos, por exemplo, atentos ao desgaste de sua imagem, de seus membros e da própria política, iniciaram um movimento de alteração de seus nomes e siglas, adotando expressões de impacto como nomenclatura, tais como “Podemos”, “Livres” e “Avante”, e iniciaram um discurso a respeito de terem abandonado a “velha política” para fazerem a “nova política”, a fim de resgatarem – ou tentarem resgatar – a confiança perdida. Em busca do mesmo resultado, também passaram a utilizar a tecnologia para tentar se aproximar dos eleitores, criando aplicativos para filiação, participação em várias vertentes e escolha de candidatos. Em um esforço ainda mais ousado, partidos começaram a cogitar o lançamento de *outsiders*, ou seja, candidatos sem histórico político, para também se desvincularem da imagem ruim da tal “velha política”.

O esforço de arejamento dos partidos políticos, embora não frutifique se não houver um efetivo comprometimento com a mudança de posturas, sobretudo no tocante ao abandono de condutas corruptas entre os políticos, dentro e fora dos partidos, é válido, haja vista que, apesar de natural ao processo representativo, a distância entre eleitos e eleitores não pode ser estimulada, devendo, ao contrário, ser forçada à redução, em um esforço contínuo de manutenção da conexão entre os dois lados. A representação política não é elemento dado e acabado, mas relação que se constrói continuamente e que exige a manutenção de vínculos, de identidades e de interesses mútuos.

Sem a identificação do representado com o cenário político e com o constante afastamento do representante, aquele perde a noção de sua importância e da influência que é capaz de exercer sobre o processo e as decisões políticas, arruinando o processo de representação e esvaziando o desempenho da atividade política, que passa a atuar por si e para si mesma.

Esta situação é extremamente ruim, pois gera um ciclo vicioso reprovável. O cidadão afastado da cena política desinteressa-se ainda mais pelos assuntos e decisões políticos, atuando apenas quando obrigatoriamente, isto é, durante as eleições, que são instrumento insuficiente para a participação popular, permitindo ao representante continuar afastado e assim por diante.

Some-se a isto o fato de que o político eleito que se afasta do seu eleitor não é por ele cobrado e, logo, não se sente pressionado a agir de forma a atender aos anseios populares, muitas vezes incorrendo em desvios de conduta, que decepcionam o eleitor e o afastam ainda mais, por assumir uma postura de total descrença e conformismo com o funcionamento da política.

É por isso que a representação política é relação que se constrói continuamente e que exige a interação dos dois lados. Além de importante para a manutenção da identidade, a maior interação e participação popular também possibilitam o controle do exercício da função política, durante o mandato, para corrigir desvios e inconsistências enquanto estão ocorrendo, tornando a representação de fato mais representativa e a prestação do serviço público mais eficiente, o que significa um governo mais responsivo.

Permitir a avaliação e o controle dos atos considerados inadequados apenas no momento eleitoral, ou seja, oferecendo-se apenas a *accountability* vertical como oportunidade de participação popular, é totalmente descabido. Primeiramente, porque as eleições levam muito tempo para ocorrerem, permitindo-se, assim, a ocorrência de desvios por períodos muito longos. E em segundo lugar, porque as eleições submetem todo o conjunto de práticas do político a uma única avaliação, não se podendo individualiza-las nem valora-las adequadamente.

Desta forma, a representação política, apesar de todos os problemas que apresenta, ainda é instituto válido e que deve ser mantido, mas a prática precisa ser melhorada de forma a integrar mais os representados aos assuntos políticos, permitindo-lhes o posicionamento e o controle dos atos praticados pelos representantes. A representação é conexão, que só funciona bem se for mantida.

Apesar de sua adequação, não dispensa a agregação de instrumentos de participação popular direta, tais como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular, e até mesmo a resistência pacífica em casos mais extremados de negligência aos anseios e à voz populares. Todos eles, na qualidade de integração popular ao meio político, são bem vindos ao fortalecimento dos laços representativos.

Até mesmo a exigência do cumprimento de promessas eleitorais, por meio de instrumentos concretos e factíveis, tais como os Planos de Metas estabelecidos pelo político eleito e amplamente divulgados aos eleitores, tanto para colherem suas opiniões a respeito, como para permitir a cobrança do cumprimento dos projetos, como é prática na Prefeitura de São Paulo (SP), é medida cabível e altamente proveitosa para ampliar a integração popular, gerando, por consequência, ganhos na construção da conexão própria do processo representativo.

Lado outro, a retomada da democracia direta, seja com a participação efetiva da população em todos os assuntos políticos, seja por meio do mandato imperativo e suas figuras adjacentes, como o *recall* e a revogação de mandato, não se mostra adequada. Primeiramente, porque a participação integral da população foge à realidade e à sensatez. Mesmo que a tecnologia consiga resolver a questão presencial de todos, o que ainda levará muito tempo para acontecer, ao menos no Brasil, não conseguirá solucionar o problema do volume dos assuntos trabalhados e da complexidade dos temas a serem considerados. Nem todos terão tempo e interesse para tratarem de absolutamente todas as questões de resolução necessária para a condução de um governo.

A democracia direta por mandato imperativo é igualmente utópica, pois, para que haja a delegação da função, os representados também precisarão analisar, conhecer e decidir todos os assuntos atinentes à direção estatal, para apenas repassarem a instrução a seus representantes. A possibilidade do *recall* não melhorará a situação, pois para o instrumento ser cabível, será necessário o descompasso da atuação do eleito, frustrando o eleitor, o qual por sua vez, precisará ter conhecimento a respeito da política realizada e da instrução dada e descumprida.

Por isto, a representação política, desde que adequadamente exercida, é, ainda, o melhor instrumento democrático, merecendo cada vez mais esforços direcionados ao seu fortalecimento, que somente ocorrerá com a maior participação popular e o melhor controle da atuação dos políticos eleitos. A mudança cultural, o aumento dos níveis educacionais e o amadurecimento moral da sociedade como um todo também são medidas necessárias pelas quais necessariamente perpassam a conquista de um resultado positivo.

REFERÊNCIAS

ADACHI, Vanessa. **Como os Guedes “inventaram” a quase candidatura de Huck.** Publicado em 01.12.2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/5214223/como-os-guedes-inventaram-quase-candidatura-de-huck>>. Acesso em 04.12.2017.

AGÊNCIA ANSA. **Após escândalo, vice-premier da Irlanda renuncia ao cargo.** Publicado em 29.11.2017. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2017/11/29/apos-escandalo-vice-premier-da-irlanda-renuncia-ao-cargo/>>. Acesso em 07.12.2017.

AIETA, Vânia Siciliano. **Ética na Política** – Estudos em homenagem ao Prof. Siqueira Castro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. Tomo I.

_____. **Mandato Eletivo** – Estudos em homenagem ao Prof. Siqueira Castro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. Tomo III.

ALEXY, Robert [trad. Virgílio Afonso da Silva]. **Teoria dos Direitos Fundamentais.** São Paulo: Malheiros, 2008.

ALMEIDA, Débora Rezende. **A relação contingente entre representação e legitimidade democrática sob a perspectiva da sociedade civil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 28, n° 82, junho/2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n82/v28n82a04.pdf>>. Acesso em: 21.09.2017.

AMENDOLA, Gilberto. **Candidatos são escolhidos até por aplicativo ao estilo Uber** – Partidos como PSL/Livres e Novo inovam na seleção de nomes para as eleições de 2018. Publicado em 17.09.2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,candidatos-sao-escolhidos-ate-por-aplicativo-ao-estilo-uber,70002004253>>. Acesso em 09.11.2017.

ARAUJO, Gustavo Batista. **Contribuições de Campanha influenciam decisões públicas? O caso dos contratos públicos federais e das emendas ao orçamento no Brasil.** [Tese de doutorado] Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 2012. 270 p.

ARGENTINA. **Constitución de la Nación Argentina.** Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/mla/sp/arg/sp_arg-int-text-const.html>. Acesso em 02.01.2018.

ASSIS, Luiz Gustavo Bambini de. **Processo legislativo e orçamento público: função de controle do Parlamento.** São Paulo: Saraiva, 2012.

ASSIS BRASIL, J. F. de. **Do Governo Presidencial na República Brasileira.** Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1896.

ÁVILA, Caio Márcio de Brito. **Recall – A revogação do mandato político pelos eleitores: uma proposta para o sistema jurídico brasileiro.** [Tese de Doutorado] Programa de Pós-

Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 2009. 153 p.

BBC BRASIL. **Roberto Justus diz que não é candidato à Presidência, mas revela o que diria se fosse.** Publicado em 06.02.2017. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/roberto-justus-diz-que-nao-e-candidato-a-presidencia-mas-revela-o-que-diria-se-fosse,e93c5d2f72b3560f9dedb7092011180cw73fn1ur.html>>. Acesso em 04.12.2017.

BEÇAK, Rubens. **Democracia: Hegemonia e Aperfeiçoamento.** São Paulo: Saraiva, 2014.

BERCOVICI, Gilberto. **O impasse da democracia representativa.** In: ROCHA, Fernando Luiz Ximenes; MORAES, Filomeno (org.). *Direito Constitucional Contemporâneo: Estudos em homenagem ao professor Paulo Bonavides.* Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 281-303.

BERMÚDEZ, Ángel. **Quanto custam as eleições nos EUA e como elas se comparam com outros países.** Publicado em 07.11.2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37864609>>. Acesso em 25.12.2017.

BOBBIO, Norberto [trad. Marco Aurélio Nogueira]. **Estado, governo e sociedade;** para uma teoria geral da política. 16. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. [trad. Marco Aurélio Nogueira]. **O futuro da democracia;** uma defesa das regras do jogo. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. [trad. João Ferreira]. **As ideologias e o poder em crise:** pluralismo, democracia, socialismo, comunismo, terceira via e terceira força. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Polis, 1988.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política.** 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BORGES, André. **Roberto Justus diz que considera ser candidato a presidente do Brasil.** Publicado em 21.11.2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,roberto-justus-diz-que-considera-ser-candidato-a-presidente-do-brasil,10000089666>>. Acesso em 04.12.2017.

BURKE, Edmund [trad. Gustavo Biscaia de Lacerda]. **Discurso aos eleitores de Bristol.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 44, p. 97-101, nov. 2012.

CAGGIANO, Monica Herman Salem. O cidadão-eleitor, jogador com veto no processo eleitoral democrático – aspectos polêmicos e peculiares do cenário brasileiro. Eleições gerais/2010. In: Instituto Victor Nunes Leal (org.). **A contemporaneidade do pensamento de Victor Nunes Leal.** São Paulo: Saraiva, 2013. p. 264-298.

_____. **Direito parlamentar e direito eleitoral.** Barueri: Manole, 2004.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Informações sobre o PL 4.850/2016.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2080604>>. Acesso em 25.11.2017.

_____. **Proposta de Emenda Constitucional nº 77/2003.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=117975>>. Acesso em 27.12.2017.

_____. **Projeto de Lei nº 8.612/2017.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1599089&filena me=PL+8612/2017>. Acesso em 27.12.2017.

_____. **Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 8.612, de 2017.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1604967&filena me=Tramitacao-PL+8612/2017>. Acesso em 27.12.2017.

_____. **PEC 333/2017.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2140446>>. Acesso em 28.12.2017.

_____. **Entenda o projeto anticorrupção aprovado pela Câmara.** Publicado em 06.12.2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/520792- ENTENDA-O-PROJETO-ANTICORRUPCAO-APROVADO-PELA-CAMARA.html>>. Acesso em 28.12.2017.

_____. **PL 4850/2016.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2080604>>. Acesso em 28.12.2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ. Informações ao Plenário sobre reunião com o Colégio de Líderes (Discurso do Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia). Sessão: 315.2.55.O, 30/11/2016, 16h58. Disponível em: <

CARNEIRO, Gabriela de Oliveira. Consenso e representação na democracia: Uma análise individual e sistêmica do apoio aos partidos políticos em perspectiva comparada. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). **O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade:** representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014. p. 33-60.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASELLA, Paulo Borba; ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento. **Manual de direito internacional público.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; RAMOS, Paola Novaes. **Representação e distância na política contemporânea.** Revista Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 55-68, jan./jun. 2009.

CHERESKY, Isidoro. **El nuevo rostro de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

CLÈVE, Clèmerson Merlin; CLÈVE, Ana Carolina de Camargo. **A evolução da fidelidade partidária na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Publicado em 10/2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/43664/a-evolucao-da-fidelidade-partidaria-na-jurisprudencia-do-supremo-tribunal-federal>>. Acesso em 05.11.2017.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA SOCIALISTA FEDERATIVA SOVIÉTICA RUSSA: CONSTITUIÇÃO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA DE OUTUBRO DE 1917. Disponível em: <<http://www.scientific-socialism.de/LeninDireitoeMoral100718.htm>>. Acesso em 19.10.2017.

COPATTI, Livia Copelli; MIGLIAVACCA, Luciano de Araujo. **Crise da democracia representativa e direito de resistência nos movimentos sociais**. Rev. Fac. Dir. Sul de Minas, Pouso Alegre, v. 29, n. 2: 103-128, jul./dez. 2013. p. 103-128. Disponível em: <<https://www.fdsu.edu.br/adm/artigos/e5fccada6f2a77b4ee26d1191254dcc6.pdf>>. Acesso em 01.01.2018.

CORTELLA, Mário Sérgio, et. al. **Verdades e mentiras: Ética e democracia no Brasil**, Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2016.

COSTA, Antonio Luiz M. **Nos Estados Unidos, uma eleição diferente**. Carta Capital. Publicado em 10.06.2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/904/nos-estados-unidos-uma-eleicao-diferente>>. Acesso em: 04.12.2017.

DAHL, Robert A [Trad. Celso Mauro Paciornik]. **Poliarquia: Participação e Oposição**. 1 reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DAPKEVICIUS, Rubén Flores. **Manual de Derecho Público**. Tomo I Derecho Constitucional. Buenos Aires: Editorial B de F, 2007.

DIARIO DO CENTRO DO MUNDO. **“Podres de ricos investem no desastre social”, diz especialista em concentração de riqueza**. Publicado em 18.08.2017. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/podres-de-ricos-investem-no-desastre-social-diz-especialista-em-concentracao-de-riqueza/>>. Acesso em: 27.12.2017.

DUVERGER, Maurice [trad. Max da Costa Santos]. **As modernas tecnodemocracias: Poder Econômico e Poder Político**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

_____. **Institutions politiques et droit constitutionnel**. Paris: PUF, 1971.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Do processo legislativo**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Princípios fundamentais do direito constitucional: o estado da questão no início do século XXI, em face do direito comparado e, particularmente, do direito positivo brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Aspectos do direito constitucional contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **A democracia no limiar do século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. **A democracia possível**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1979.

CORREIA, Adérito. A evolução do direito eleitoral e os diferentes sistemas eleitorais. In: Fundação Friedrich Ebert. **SISTEMAS E PROCESSOS ELEITORAIS - FUNÇÕES, IMPLICAÇÕES E EXPERIÊNCIAS**. Luanda (Angola): Editor Universidade Católica de Angola, Faculdade de Direito, 2002. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/50000.pdf>>. Acesso em 09.10.2017.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol. 2. 10. ed. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000.

GALLI, Carlo. **El malestar de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

G1 São Paulo. **João Doria, do PSDB, é eleito prefeito de São Paulo**. Publicado em 02.10.2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2016/noticia/2016/10/joao-doria-do-psdb-e-eleito-prefeito-de-sao-paulo.html>>. Acesso em 04.12.2017.

_____. Primeiro-ministro islandês renuncia após escândalo 'Panama Papers'. Publicado em 05.04.2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/04/primeiro-ministro-islandes-renuncia-apos-escandalo-panama-papers.html>>. Acesso em 07.12.2017.

HABERMAS, Jürgen [trad. Flávio Beno Siebeneichler]. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. **The Federalist: a commentary on the Constitution of the United States**. New York: The Modern Library, 2001.

HOBBS, Thomas, *Apud* WEFFORT, Francisco C. (Org.) **Os clássicos da política**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006, v. 1.

ITÁLIA. **Constituição Italiana**. Disponível em: <[http://www.educazioneadulti.brescia.it/certifica/materiali/6.Documenti_di_riferimento/La%20Costituzione%20in%2015%20lingue%20\(a%20cura%20della%20Provincia%20di%20Milano\)/CostituzioneItaliana-Portoghese.pdf](http://www.educazioneadulti.brescia.it/certifica/materiali/6.Documenti_di_riferimento/La%20Costituzione%20in%2015%20lingue%20(a%20cura%20della%20Provincia%20di%20Milano)/CostituzioneItaliana-Portoghese.pdf)>. Acesso em 02.01.2018.

JELLINEK, Georg [trad. Fernando de los Ríos]. **Teoría General del Estado**. México: FCE, 2000.

KANT, Immanuel [trad. Edson Bini]. **A metafísica dos costumes**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010. (Coleção Folha: livros que mudaram o mundo, v. 8)

KELSEN, Hans [trad. Vera Barkow, Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla, Ivone Castilho Benedetti]. **A democracia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LIVRES. Sítio eletrônico oficial do partido político Livres. Disponível em: <<http://livres.psl.org.br/>>. Acesso em 09.11.2017.

LOCKE, John [trad. Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa]. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. (Coleção clássicos do pensamento político)

LOEWENSTEIN, Karl [trad. Alfredo Gallego Anabitarte]. **Teoría de la constitución**. 2. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1976.

LORENCINI, Bruno César. **A responsabilidade do poder político no Estado Constitucional sob o paradigma da *Democratic Responsiveness***. [Tese de doutorado – Regime de Dupla Titulação] Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP. Facultad de Derecho de la Universidad de Salamanca. São Paulo, Salamanca, 2013. 337 p.

MAIOLINO, Eurico Zecchin. **Representação e Responsabilidade Política**: Accountability na Democracia. [Tese de doutorado] Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 2014. 167 p.

MANIN, Bernard, PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Elections and Representation. In: MANIN, Bernard, PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. (org.) **Democracy, Accountability and Representation**. New York: Cambridge University Press, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida, John Locke e o Individualismo Liberal. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.) **Os clássicos da política**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006, v. 1. p. 79-89.

MILL, John Stuart [trad. Débora Ginza e Rita de Cássia Gondim]. **Considerações sobre o governo representativo**. São Paulo: Escala, 2006.

MODZELESKI, Alessandra. **PMDB voltará a se chamar MDB para 'ganhar as ruas', diz Jucá**. Publicado em 16.08.2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/pmdb-voltara-a-se-chamar-mdb-para-ganhar-as-ruas-diz-juca.ghml>>. Acesso em 15.12.2017.

MOISÉS, José Álvaro. Apresentação. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). **O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade**: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014. p. 7-31.

_____. **Corrupção Política e democracia do Brasil contemporâneo**. Trabalho apresentado na reunião da Latin American Studies Association (LASA), de 11 a 14 de junho de 2009. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268060756_CORRUPCAO_POLITICA_E_DE_MOCRACIA_NO_BRASIL>. Acesso em 30.06.2016.

_____. (org.). **Democracia e Confiança**: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas? São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (org.). **A Desconfiança Política e seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. **Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil**. Opin. Publica vol.14 no.1 Campinas June 2008 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100001>. Acesso em 30.06.2016.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de [trad. Pedro Vieira Mota]. **O Espírito das Leis**: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Presidencialismo**. São Paulo: Atlas, 2004.

MORAES FILHO, José Filomeno de; TONET, Luciano. A crise da democracia representativa: solução pelo diálogo e pela desobediência civil. In: MORAES FILHO, José Filomeno de; MARTINEZ, Regina Célia; ROBL FILHO, Ilton Norberto (coord.) **Teoria do Estado e da Constituição**. [Recurso eletrônico on-line] Organização CONPEDI/UNINOVE. Florianópolis: FUNJAB, 2013. Disponível: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=1288625a4bdcf110>>. Acesso em: 30.06.2016.

MOURA, Rafael Moraes; PIRES, Breno. **Juristas pedem ao TSE extinção de PT, PMDB, PSD e outros 6 partidos** – Argumento é de que siglas 'abusaram da confiança do povo brasileiro para roubá-lo'. Publicado em 14.11.2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,juristas-pedem-ao-tse-extincao-de-pt-pmdb-psd-e-outros-6-partidos,70002084339>>. Acesso em 03.01.2018.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. **Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2013-2016**. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/4104304/planejamento_estrategico_1316.pdf>. Acesso em 08.01.2018.

MUNICÍPIO DE SANTOS (SP). **Plano Diretor de Metas da Prefeitura de Santos (SP) 2017-2020**. Disponível em: <<http://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/896672/prefeitura-apresenta-plano-diretor-de-metas-para-os-pr-ximos-quatro-anos>>. Acesso em 08.01.2018.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **PROGRAMA DE METAS 2017-2020**. Disponível em: <http://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/files/Programa-de-Metas_2017-2020_Final.pdf>. Acesso em 08.01.2018.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas eleitorais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da. **Teoria Democrática Contemporânea**: as concepções minimalistas e seus críticos contemporâneos. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/teoria-democratica-contemporanea/teoria-democratica-contemporanea.shtml>>. Acesso em 28.08.2017.

NOVA CONSTITUIÇÃO SOVIÉTICA (1936). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/stalin/biografia/ludwig/constituicao.htm>>. Acesso em 19.10.2017.

O'DONNELL, Guillermo. *Accountability horizontal e novas poliarquias*. Lua Nova no. 44. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000200003>. Acesso em 10.07.2016.

PARAGUAY. *Constitución de la República de Paraguay*. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/mla/sp/pry/sp_pry-int-text-const.pdf>. Acesso em 02.01.2018.

PITKIN, Hanna Fenichel [trad. Wagner Pralon Mancuso e Pablo Ortellado]. **Representação:** palavras, instituições e idéias. Revista Lua Nova (on line), São Paulo, 67, 2006. p. 15-47. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a03n67.pdf>>. Acesso em 13.06.2011.

PLANALTO. **Ministros**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros>>. Acesso em 07.12.2017.

RAMALHO, Renan. **Dilma arrecadou R\$ 318 mi e Aécio, R\$ 201 mi, informam campanhas**. Publicado em 25.11.2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/11/dilma-arrecadou-r-318-mi-e-aecio-r-201-mi-informam-campanhas.html>>. Acesso em 26.12.2017.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. **Teoria do Estado:** do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito. Barueri (SP): Manole, 2013.

REDLICH, Norman; ATTANASIO, John; GOLDSTEIN, Joel K. **Understanding constitutional law**. 3. ed. New York: Lexis Nexis, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine, Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.) **Os clássicos da política**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006, v. 1. p. 51-77.

RICO, Bruno. O PAPEL DO CONTROLE INTERNO NO COMBATE À CORRUPÇÃO: A experiência da Controladoria-geral da União no Executivo Federal Brasileiro. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). **O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade:** representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014. p. 137-157.

ROUSSEAU, Jean-Jacques [trad. Edson Bini]. **Do contrato social**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010. (Coleção Folha: livros que mudaram o mundo, v. 14)

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SARTORI, Giovanni [trad. Ernesta Gaetani e Rosa Gaetani]. **A teoria da representação no Estado representativo moderno**. Belo Horizonte: Bernardo Alvares S.A, 1962.

SCHUMPETER, Joseph A [trad. Ruy Jungmann]. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SENADO FEDERAL. **Senadores rejeitam urgência para pacote anticorrupção alterado pela Câmara.** Publicado em 30.11.2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/30/senadores-rejeitam-urgencia-para-pacote-anticorrupcao-alterado-pela-camara>>. Acesso em 28.12.2017.

_____. **Resolução do Senado Federal nº 35 de 31/08/2016.** Publicação Original [Diário Oficial da União – Edição Extra de 31/08/2016] (p.1, col. 1). Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=562339&id=14376898&idBinario=15634840&mime=application/rtf>>. Acesso em 08.01.2018.

_____. **Anexo (A01) da Resolução do Senado Federal nº 35 de 31/08/2016 – sentença.** Publicação Original de Anexo (A01) [Diário Oficial da União – Edição Extra de 31/08/2016] (p. 1, col.1). Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=562339&id=16426939&idBinario=16429344&mime=application/rtf>>. Acesso em 08.01.2018.

SILVA, Luís Virgílio Afonso da. **Sistemas eleitorais:** tipos, efeitos jurídico-políticos e aplicação ao caso brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1999.

SOUSA, José Pedro Galvão de. **Da Representação Política.** (Dissertação apresentada para concurso à livre-docência de Teoria Geral do Estado, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo). São Paulo, 1971. snt.

SOUZA, Raphael Ramos Monteiro de; VIEIRA, José Ribas. **Recall, democracia direta e estabilidade institucional.** Revista de Informação Legislativa, Ano 51, Número 202, abr./jun. 2014. p. 43-57. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/503036/001011298.pdf>>. Acesso em 01.01.2018.

SOVIET UNION (FORMER~) – CONSTITUTION. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/21358-21359-1-PB.htm>>. Acesso em 19.10.2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Corte Suprema de Justiça da Colômbia condenou por corrupção o ex-congressista Manuel Antonio Carebilla.** Publicado em 02.11.2017. Disponível em: <<http://www2.stf.jus.br/portal/StfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalJurisprudencia&idConteudo=362796>>. Acesso em 02.11.2017.

_____. **Notícias STF** Quarta-feira, 03 de outubro de 2007 - **STF rejeita questões preliminares nas ações sobre fidelidade partidária.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=73920>>. Acesso em 05.11.2017.

_____. **Notícias STF** Quinta-feira, 04 de outubro de 2007 - **Supremo decide que infidelidade partidária pode gerar perda de mandato.** Disponível em: <<http://m.stf.gov.br/portal/noticia/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=74015>>. Acesso em 05.11.2017.

_____. **Notícias STF** Quarta-feira, 27 de maio de 2015 - **Perda do mandato por troca de partido não se aplica a eleições majoritárias.** Disponível em: <

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=292424>>. Acesso em 05.11.2017.

_____. **Magistrados da Itália e do Brasil que participam de congresso contra a corrupção visitam o Poder Judiciário peruano.** Publicado em 10.11.2017. Disponível em: <<http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalNoticias&idConteudo=362800>>. Acesso em 10.11.2017.

_____. **Informativo do Supremo Tribunal Federal nº 880**, de 2 a 6 de outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo880.htm>>. Acesso em: 18.12.2017.

_____. **Ementa e Acórdão ADI 4650/DF.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=4650&classe=ADI&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>>. Acesso em: 27.12.2017.

_____. **Notícias STF** Quinta-feira, 17 de setembro de 2015 - **STF conclui julgamento sobre financiamento de campanhas eleitorais.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=300015>>. Acesso em 27.12.2017.

_____. **Informativo do Supremo Tribunal Federal nº 867**, de 29 de maio a 2 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo867.htm>>. Acesso em: 28.12.2017.

_____. **Informativo do Supremo Tribunal Federal nº 885**, de 13 a 24 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo885.htm>>. Acesso em: 28.12.2017.

_____. **Notícias STF** Quinta-feira, 28 de dezembro de 2017 - **Ministra Cármen Lúcia suspende dispositivos de decreto que amplia regras para concessão de indulto.** Publicado em 28.12.2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=365887>>. Acesso em 28.12.2017.

THOREAU, Henry David [trad. Alexandre Lopes Lobo]. **Desobediência Civil.** Versão para eBook eBooks Brasil, 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desobedienciavil.pdf>>. Acesso em 02.01.2018.

TOCQUEVILLE, Alexis de [trad. Neil Ribeiro da Silva]. **A democracia na América.** São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010. (Coleção Folha: livros que mudaram o mundo, v. 16)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE MATO GROSSO. **TRE apresenta projeto Soberania Popular à Assembleia Legislativa.** Publicado em 02.08.2017. Disponível em: <<http://www.tre-mt.jus.br/imprensa/noticias-tre-mt/2017/Agosto/tre-apresenta-projeto-soberania-popular-a-assembleia-legislativa>>. Acesso em 09.11.2017.

TREISMAN, Daniel. **The causes of corruption: a cross-national study.** Journal of Public Economics, 76, 3, June 2000, pp. 399-457.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Justificativa Eleitoral.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/servicos/justificativa-eleitoral>>. Acesso em: 03.12.2017.

_____. **Quitação de multas.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/servicos/titulo-de-eleitor/quitacao-de-multas>>. Acesso em: 03.12.2017.

_____. **Partidos políticos registrados no TSE.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em 26.12.2017.

TSEBELIS, George. **Processo decisório em sistemas políticos: veto players** no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_06.htm>. Acesso em 26 abr. 2011.

URBINATI, Nadia [trad. Mauro Soares]. **O que torna a representação democrática?** Revista Lua Nova (on line), São Paulo, 67, 2006. p. 191-228. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a07n67.pdf>>. Acesso em 13.06.2011.

URUGUAY. **Constitución de la República Oriental del Uruguay de 1967.** 4. ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2016.

WORLD VALUES SURVEY (Pesquisa Mundial de Valores). **Resultados do Brasil, Onda 6.** 2014. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>>. Acesso em 16.11.2017.

YOUNG, Iris Marion [trad. Alexandre Morales]. **Representação política, identidade e minorias.** Revista Lua Nova (on line), São Paulo, 67, 2006. p. 139-190. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67>>. Acesso em 13.11.2017.

ZURCHER, Anthony. **Eleições nos EUA: cinco razões para a vitória de Trump.** Publicado em 09.11.2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37923743>>. Acesso em: 04.12.2017.